

A relação entre *Voice* e os participípios nas passivas: categorias mistas como recursos de reparo

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v52i1.3504>

Lydsson Agostinho Gonçalves¹

Paula Roberta Gabbai Armelin²

Resumo

Este trabalho investiga a voz passiva analítica, formada por um verbo finito e um participípio, numa perspectiva translinguística. O objetivo é derivá-la preservando uma relação com a passiva sintética, marcada por um clítico ou afixo. O trabalho se desenvolve sob o modelo da Morfologia Distribuída (Halle; Marantz, 1993). Parte-se de Gonçalves e Armelin (2021a, 2021b), que argumentaram que passivas sintéticas são formadas via a inclusão de um argumento *default* quando a estrutura possui o núcleo *Voice*, mas não possui argumento externo. Expandindo a análise para as analíticas, propomos que empregam outra estratégia para o mesmo contexto: a interrupção da projeção estendida do verbo, via *merge* de uma projeção mista (Panagiotidis, 2015), que se realiza como o participípio. A estrutura se torna nominal e, por isso, o argumento externo deixa de ser necessário. Uma nova projeção verbal se realiza como o auxiliar.

Palavras-chave: voz passiva; núcleo *Voice*; participípios; Morfologia Distribuída.

1 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil; lydsson.goncalves@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-0875-7334>

2 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil; armelin.paula@ufjf.br; <https://orcid.org/0000-0003-4751-2831>

The relationship between *Voice* and participles in passives: mixed categories as repair tools

Abstract

This paper investigates the passive voice, which is composed of a finite verb and a participle, under a crosslinguistic approach. The goal is to derive it while preserving a relationship with the synthetic passive, which is marked with a clitic or an affix. The study is developed under the framework of Distributed Morphology (Halle; Marantz, 1993). We build on Gonçalves and Armelin (2021a, 2021b), who argued that synthetic passives are formed through the inclusion of a default argument when the structure possesses the Voice head, but no external argument. Expanding their analysis to analytical passives, we propose they employ a different strategy in the same context: the interruption of the verb's extended projection, via the merge of a mixed projection (Panagiotidis, 2015), which is realized as the participle. The structure becomes nominal and, as such, the external argument is no longer necessary. A new verbal projection is realized as the auxiliary.

Keywords: passive voice; Voice head; participles; Distributed Morphology.

Introdução

Este artigo empreende uma investigação da estrutura da voz passiva analítica, formada por um verbo finito e um particípio, numa perspectiva translinguística. O intuito é propor uma derivação que seja capaz de preservar sua relação com a passiva sintética, marcada por uma partícula morfologicamente dependente, um clítico ou um afixo. Um exemplo de cada tipo de passiva no português segue nos dados em (1), abaixo:

(1) Passiva analítica e sintética

- a. A casa da esquina foi vendida. (passiva analítica)
- b. Vendeu-se a casa da esquina. (passiva sintética)

As duas orações em (1) transmitem essencialmente o mesmo conteúdo semântico e podem, por isso, ser usadas como sinônimas do ponto de vista formal. Como se pode observar, o elemento que funciona como sujeito sintático dessas sentenças, *A casa da esquina*, também é o argumento interno do verbo *vender*, isto é, possui o papel temático de paciente. Além disso, em ambas as versões, o elemento que deveria atuar como agente da ação, o argumento interno do verbo, está ausente, tendo se tornado desnecessário para que a formação seja gramatical. Apesar disso, pode-se observar que permanece uma leitura agentiva (embora esse agente não seja conhecido): tanto (1a) quanto (1b) poderiam ser parafraseadas, na voz ativa, como *Alguém vendeu a casa da esquina*.

No português, a passiva sintética é um pouco mais restrita gramaticalmente do que a analítica, pois só pode ser usada na terceira pessoa (singular ou plural) e não admite que o agente da ação seja incluído de forma alguma na sentença. Já a analítica pode ser usada em todas as pessoas do discurso e aceita a presença do agente, embora não como sujeito, e sim um elemento adverbial, tradicionalmente chamado de “agente da passiva” (como em *A casa foi vendida pelos antigos donos*). Afora isso, contudo, não parece haver, a princípio, outras restrições gramaticais para o uso de um ou outro tipo de passiva; por exemplo, ambas são compatíveis com todos os tempos e modos. Nesse sentido, pode-se dizer que os falantes têm livre escolha por uma ou outra, já que expressam a mesma informação básica³, o que também ocorre em outras línguas neolatinas, como o espanhol e o italiano.

O fato de que as duas passivas carregam a mesma semântica e que podem ser usadas nos mesmos contextos em diversas línguas sugere uma forte semelhança a nível subjacente. Ao mesmo tempo, não podem ser absolutamente idênticas; como o próprio português demonstra, há certas diferenças entre elas. Ademais, o padrão de distribuição dessa língua não é o único. Uma língua que permite constatar isso é o latim: nela, os dois tipos de passiva existem em uma relação que pode ser considerada de distribuição complementar, condicionada por aspecto: no *infectum* (imperfeito), usa-se a sintética; no *perfectum* (perfeito), a analítica. Além disso, ambas aceitam o agente da passiva. Há, ainda, outros padrões translinguísticos: no inglês, por exemplo, há apenas a passiva analítica (compatível com o agente da passiva); já no grego antigo, apenas a sintética (compatível com o agente da passiva apenas se este for um ente animado).

Desse modo, faz-se necessária uma investigação que consiga contemplar as semelhanças e as diferenças entre as duas passivas. Para alcançar esse objetivo, nosso trabalho se fia ao modelo teórico da Morfologia Distribuída (Halle; Marantz, 1993; Marantz, 1997; e trabalhos subsequentes), doravante MD. É um modelo que rompe com as barreiras entre a formação de palavras e de sentenças, alocando ambas a um mesmo componente, a sintaxe. Essa visão de língua promove uma interação forte entre os dois domínios e, por essa razão, é valiosa para o estudo de estruturas cujas propriedades parecem ser definidas tanto a nível da palavra quanto a nível da sua combinação sintática, como as passivas.

3 Deve-se ressaltar, por outro lado, que pragmaticamente nem sempre elas terão equivalência total. Há contextos em que uma ou outra pode ser preferida, devido às implicaturas que acarreta. Um exemplo do português é o tempo futuro, em que o uso da sintética é pouco usual no cotidiano. Isso provavelmente se deve ao fato de que, para formá-la nesse tempo, é preciso se valer de uma mesóclise, um recurso já pouco utilizado na língua. Por isso, uma frase como *Vender-se-á a casa* soa pouco natural. Uma outra situação é a de que, por não aceitar o agente da passiva, a sintética é favorecida quando há a intenção ou necessidade de indeterminar o sujeito, sendo ela um recurso comum em frases de anúncio como *Vende-se esta casa*. Entretanto, mesmo nesses casos, ainda que semanticamente degradado, o uso da outra passiva não chega a ser efetivamente agramatical.

A literatura sobre o tema é vasta, mas divergente. A variedade de abordagens deixa clara a complexidade do tema, para o qual não há ainda um consenso. Agravando a situação, também deve-se considerar que a maioria dos trabalhos se dedica a apenas um tipo de passiva, com propostas que não são imediatamente aplicáveis ao outro. Nosso trabalho se insere no debate de modo a recuperar a relação entre os dois tipos de passiva, com uma proposta de derivação capaz de prever as duas realizações.

Partiremos dos estudos de Gonçalves e Armelin (2021a, 2021b) para as passivas sintéticas. Os autores propõem que esse tipo de passiva resulta de uma série de fatores em interação na sintaxe e no componente pós-sintático, cujo início se dá com a inconsistência gerada pela presença de um núcleo *Voice*, que exige um argumento, e a simultânea ausência de um elemento que possa satisfazer tal necessidade. Para que a derivação possa continuar, é inserido um argumento *default*, que posteriormente se incorpora ao verbo, manifestando-se como clítico ou afixo.

A proposição colocada adiante neste trabalho é a de que as passivas analíticas se originam da mesma maneira, mas com a sintaxe empregando outra solução para o problema do núcleo *Voice* vazio. Ao invés de introduzir um argumento genérico, outra possibilidade é interromper a formação verbal, via uma alteração na sua projeção estendida (Grimshaw, 1990). Caso a estrutura se torne nominal, a necessidade de um argumento nessa posição se esvai, pois nomes não a possuem. Assim, a solução alternativa é introduzir uma projeção mista, verbal e nominal, nos moldes de um SWITCH (Panagiotidis, 2015).

Para explorar devidamente o fenômeno, o artigo se divide em quatro seções. Na primeira, apresentamos nosso objeto de estudo de forma mais abrangente. Na segunda, trazemos uma explicação do modelo teórico com o qual trabalhamos, a MD. A terceira seção se dedica a uma revisão da literatura sobre o tema, mais especificamente em modelos afins ao nosso. A quarta seção apresenta nossa proposta. Encerramos com nossas considerações finais.

Passivas analíticas: características e relação com as sintéticas

As chamadas passivas são estruturas presentes numa grande variedade de línguas e são parte de um fenômeno maior conhecido como “voz”. Grosso modo, “voz” é como é chamado conjuntamente o mapeamento de relações entre verbo e argumentos. A forma mais comum sob a qual esse mapeamento se manifesta é aquela na qual o agente recai sobre o argumento externo e o paciente recai sobre o objeto direto, chamada de voz ativa (Kulikov, 2011). A segunda voz mais comum é a passiva, na qual o foco recai sobre o paciente, que passa a ocupar a posição de sujeito sintático (Kulikov, 2011)⁴.

4 Outros tipos de voz incluem a média, na qual o sujeito é simultaneamente agente e paciente da ação (Kemmer, 1993), e a antipassiva, em que o objeto é reduzido à condição opcional (Levin, 2015).

A busca por compreender os fenômenos relacionados às alternâncias de voz tem sido constante nos estudos linguísticos de base formal, já que a estrutura argumental dos verbos é um dos pontos-chave nessas linhas de investigação. Nosso trabalho se insere nesse contexto. Nosso objeto, a voz passiva, não é uma estrutura totalmente uniforme, já que encontramos ao menos dois subtipos: as passivas analíticas e as sintéticas.

As passivas analíticas envolvem a combinação de dois elementos: um verbo finito e um particípio. Já as sintéticas se constituem de apenas um elemento verbal, em geral semelhante ao que expressa a voz ativa, mas que carrega uma marcação específica adicional. Exemplos dos dois tipos de voz no português foram apresentados em (1). A seguir, em (2), trazemos dados adicionais, juntamente com contrapartes ativas:

(2) Voz ativa e passiva no português

- | | |
|---|---------------------|
| a. O desafiante <u>derrotou</u> o time local. | (ativa) |
| b. O time local <u>foi derrotado</u> (pelo desafiante). | (passiva analítica) |
| c. <u>Derrotou-se</u> o time local (*pelo desafiante). | (passiva sintética) |
| d. O governo <u>estudava</u> novas medidas econômicas. | (ativa) |
| e. Novas medidas econômicas <u>eram estudadas</u> (pelo governo). | (passiva analítica) |
| c. <u>Estudavam-se</u> novas medidas econômicas. (*pelo governo). | (passiva sintética) |

Os dados em (2) nos permitem extrair as características principais das passivas⁵. Três propriedades gerais das passivas são que: (i) as passivas sintéticas e analíticas podem ser vistas como sinônimas entre si; (ii) podem atuar como contrapartes de uma sentença ativa; e (iii) em ambas há a implicatura de um desencadeador da ação, mesmo quando não há agente da passiva⁶.

5 Embora os dados sejam do português, em grande medida sua caracterização se aplica também às outras línguas neolatinas, como o italiano, o espanhol e o francês.

6 Decerto, há outras propriedades nas passivas do português. Por exemplo, como já apontado anteriormente, a passiva sintética não aceita o agente da passiva. Uma diferença entre as duas é que o sujeito da passiva sintética é sempre pós-verbal, enquanto as analíticas não possuem essa restrição. Porém, isso não ocorre em todas as línguas. Como neste trabalho almejamos apresentar uma proposta de potencial translinguístico, vamos nos concentrar nas características que se mantêm de uma língua para outra. Consideramos que essas particularidades, que se manifestam em uma língua e não em outras, não são parte do mecanismo básico das passivas, mas sim de como ele interage com outros fatores das línguas. Apenas a título de exemplo, no caso da posição pós-verbal do sujeito da passiva sintética em português, isso pode ter relação com a multiplicidade de usos que o clítico *se* possui no português, entre elas a marcação do sentido reflexivo. Num reflexivo, o sujeito é sempre pré-verbal, então o uso dessa ordem nas passivas sintéticas poderia gerar uma leitura indevida (*A casa se vendeu* seria lido como a casa realizando a ação de vender a si própria, mas *Vendeu-se a casa* não permite essa interpretação). O estabelecimento de uma ordem fixa serviria, então, para bloquear a ambiguidade.

As passivas analíticas apresentam um verbo auxiliar e o particípio do verbo principal. O auxiliar carrega as informações de tempo e aspecto e concorda em número e pessoa com o sujeito; o particípio também concorda com o sujeito, em gênero e número. O argumento interno ocupa a posição de sujeito sintático, enquanto o argumento externo (sujeito na ativa) deixa de ser obrigatório; mas ele pode ser expresso na forma chamada agente da passiva, introduzido por uma preposição.

Já as passivas sintéticas apresentam uma semelhança maior com a voz ativa. Num paralelo entre uma ativa e sua contraparte passiva sintética, a forma verbal é quase idêntica, mas acrescida de uma marcação adicional. No caso do português, trata-se do clítico *se*, que encontra análogos em outras línguas neolatinas, bem como em algumas germânicas e eslavas. Também há línguas nas quais esse marcador é um afixo, como o latim e o finlandês. Esse marcador concorda com o sujeito em gênero e número, embora seja incomum o uso desse tipo de passiva fora da terceira pessoa em algumas línguas (como o próprio português). Nos dados em (2), outra diferença com relação à analítica é que a sintética recusa o agente da passiva; entretanto, isso não é uniforme. Há línguas em que isso é possível (como o latim e o grego).

Essas são as características gerais das estruturas em análise. Como se pode notar, os dois tipos de passiva possuem pontos em comum o bastante para que realmente sejam consideradas parte de um mesmo fenômeno, mas também possuem diferenças que não podem ser deixadas de lado. Tendo, então, estabelecido o nosso objeto de investigação, passaremos a uma exposição do modelo de trabalho, a MD.

Modelo teórico: Morfologia Distribuída

Nesta seção, apresentamos os preceitos gerais da MD, modelo teórico introduzido em Halle e Marantz (1993) e revisitado em Marantz (1997) e vários trabalhos posteriores. A assunção básica da MD é a de que toda estrutura complexa, de palavras a sentenças, é construída no mesmo componente da gramática: a sintaxe. A MD rejeita, portanto, a hipótese lexicalista de que (algumas) palavras seriam formadas em um componente específico, o léxico. A razão principal para essa postulação é justamente o fato de palavras também serem passíveis de carregar complexidade estrutural e hierarquia entre seus constituintes, como as sentenças.

Essa assunção básica guia a maneira como o modelo se estrutura e as ferramentas de que dispõe e é o que o faz ideal para investigar o fenômeno em questão. As passivas são formações nas quais ocorre uma forte interação entre o domínio das palavras e o das sentenças, especialmente quando se leva em conta que elas podem se manifestar como uma única palavra (passivas sintéticas) ou como um sintagma verbal complexo (passivas analíticas), mas mantendo as mesmas propriedades gerais. Assim, um modelo que dispõe de uma mesma arquitetura para estruturas hierárquicas de níveis diversos pode oferecer muito para explicar esse comportamento.

Com sua visão unificada do sistema derivacional sob o componente sintático, a MD elimina o léxico nos moldes lexicalistas (local para armazenamento e/ou formação de palavras), redistribuindo suas funções na sintaxe, por meio do que chama de *listas*. Carregando informações de naturezas distintas, essas listas são acessadas apenas nos pontos em que se fazem relevantes – e, portanto, em diferentes pontos da arquitetura do modelo.

A *lista 1*, também chamada de *léxico estrito*, é o ponto de partida da derivação, armazenando os primitivos do modelo. É responsável, portanto, por fornecer à sintaxe o material com o qual trabalhará e, por isso, contém apenas as informações estritamente necessárias ao funcionamento sintático. Em suma, são raízes e traços morfossintáticos. O modelo também inclui o conceito de categorizadores, feixes de traços que, ao se concatenarem a uma raiz, determinam a categoria de palavra na qual ela se realiza (verbo, nome etc.). Na MD, as raízes são desprovidas de categoria e, por isso, é o *merge* com o categorizador que a define.

As listas 2 e 3 são acessadas após a derivação sintática, quando a estrutura construída é enviada para *spell-out*, ou seja, para os componentes de interface PF e LF (*phonological form*/ “forma fonológica” e *logical form*/ “forma lógica”), para que possa ser pronunciada e interpretada. Mais especificamente, a *lista 2*, ou *vocabulário*, se relaciona com o ramo de PF, e nela estão registrados os chamados *itens de vocabulário* (IVs), matrizes fonológicas a serem associadas com as construções sintáticas. A *lista 3*, ou *enciclopédia*, está mais associada ao ramo de LF e armazena o conhecimento de mundo do falante. De maneira semelhante, ele também é associado posteriormente à estrutura gerada pela sintaxe.

Fora essas características específicas do modelo, de maneira geral ele segue os moldes já estabelecidos previamente pelo gerativismo, sendo sua derivação sintática bastante próxima à do Minimalismo (Chomsky, 1993). Como adiantado na seção de introdução, a relevância da MD para o fenômeno em questão se baseia principalmente no fato de que as passivas se constituem tanto no nível da palavra quanto no da sintaxe propriamente dita. Assim, dispor de ferramentas capazes de integrar esses domínios será valioso para a análise.

Por ora, essas são as informações que se deve ter em mente para a nossa análise. Especificidades de aplicação do modelo serão abordadas no momento oportuno, à medida que se fizerem necessárias.

Revisão da literatura

De posse do conhecimento do objeto e do modelo de trabalho empregado neste artigo, procederemos agora a uma revisão de algumas das propostas encontradas na literatura

sobre o fenômeno. Devido ao espaço limitado, daremos foco a estudos que dialogam com nosso modelo de trabalho.

Em geral, as análises de passivas lidam em alguma medida com o núcleo *Voice*, visto como essencial para a sua caracterização. Esse núcleo foi inicialmente concebido por Kratzer (1996), postulado como o introdutor do argumento externo de um verbo⁷. As análises de passivas trabalham com *Voice* porque uma das propriedades principais dessas estruturas é a demissão do argumento externo a uma condição não obrigatória. Assim, é preciso explicar o que ocorre em *Voice*.

Uma proposta influente é a de Collins (2005), que se origina numa investigação das passivas do inglês, que são analíticas. O autor estabelece uma estrutura verbal a princípio composta de raiz e *v*, sendo este o responsável por introduzir o argumento externo⁸. Nas formações transitivas, *v* atribui caso e papel temático ao argumento externo; nas passivas, porém, essa função é dividida entre *v*, que fornece apenas papel temático, e um núcleo adicional, *Voice*, que fornece caso. Essa projeção difere do *Voice* de Kratzer (1996), já que sua função não é introduzir um argumento; além disso, o *Voice* de Collins (2005) surge apenas nas passivas. Adicionalmente, as passivas ainda contêm, entre a raiz e *v*, um núcleo participial, *Part*, cuja projeção máxima, *PartP*, se move para a posição de especificador de *Voice*. Esse movimento faz com que *Voice* fique adjacente ao argumento externo em termos de linearização.

Nisso se encontra a chave da proposta de Collins (2005), que é a de que o *by-phrase* (agente da passiva) nada mais é que a sequência *Voice* + argumento externo. Para ele, *by* é a realização do núcleo *Voice* nessas estruturas, e não uma preposição. Logo, o argumento externo continuaria sendo introduzido na estrutura passiva exatamente da mesma maneira que na ativa, na mesma posição. A semelhança com um PP se dá devido ao movimento do sintagma participial, que deixa o *by* seguido do argumento externo. Acima de *Voice*, uma nova projeção verbal é introduzida, que se realizará como o auxiliar. Isso produz a ordem canônica do inglês: auxiliar, participio e *by-phrase*. Quando não há *by-phrase*, Collins (2005) propõe que o argumento externo foi preenchido por uma categoria vazia – algo necessário para capturar o agente implícito nessas estruturas. Já *Voice* recebe um expoente fonologicamente vazio.

A maior questão a se pensar na proposta de Collins (2005) é a aparente ausência de motivação para vários passos da derivação. *Voice* possui uma função única nessa abordagem, mas não é explorado o porquê de tal divisão de funções entre esse núcleo e

7 Alguns autores, em particular no âmbito do Programa Minimalista, chamam esse núcleo de *v*. Todavia, na MD usa-se *v* para o categorizador verbal, então optamos pela nomenclatura *Voice*.

8 Efetivamente, o núcleo *v* de Collins (2005) corresponde ao conceito de *Voice* de Kratzer (1996), portanto.

v. A presença do núcleo Part também não é motivada, apenas postulada. Aparentemente ele é introduzido apenas para a formação da passiva, mas, como o estatuto passivo só é definido depois, quando *Voice* é introduzido, há um *look-ahead* no sistema. Ademais, não é oferecida uma razão pela qual o PartP se moveria para especificador de *Voice*, o que é algo peculiar considerando que há um sintagma nominal mais próximo, o argumento externo, que deveria ser preferido para esse movimento.

De maneira geral, então, a proposta de Collins (2005) encaixa as peças nos seus devidos lugares, mas o faz de modo relativamente arbitrário. Como é uma proposta especificamente voltada às passivas do inglês, analíticas, também não está claro se o mesmo sistema seria capaz de gerar as sintéticas, já que elas não envolvem participios, essenciais nessa derivação.

Enquanto Collins (2005) aborda apenas com passivas analíticas, Alexiadou (2013) se propõe a descrever tanto estas quanto as sintéticas, via sabores de *Voice*. Trabalhando principalmente com inglês e grego, a autora estabelece que o núcleo *Voice* pode ser de três tipos: ativo, passivo ou médio. O *Voice* ativo introduz um argumento externo agentivo ou causativo. O *Voice* passivo é o que dá origem às passivas analíticas e se concatena numa estrutura transitiva, acima do *Voice* ativo, promovendo uma alteração na configuração dos argumentos já introduzidos, que resulta na sequência auxiliar + participio. O *Voice* médio, por fim, é uma contraparte do ativo, que se concatena na mesma altura e tem como função impedir a entrada de um argumento externo. Realiza-se como um afixo. A proposta de Alexiadou (2013) prevê que o *Voice* passivo seja especificado quanto ao sentido e, por isso, passivas analíticas nunca seriam sincréticas com outros domínios; já o *Voice* médio é subespecificado, e por isso as passivas sintéticas podem ser também sincréticas.

A proposta de Alexiadou (2013) também abre margem para questionamentos, em especial no que tange às passivas analíticas. Não há um detalhamento formal de como elas funcionam. Não fica claro como o *Voice* passivo, um núcleo que se concatena tão alto, após a construção completa de uma estrutura transitiva, conseguiria modificá-la dessa maneira. Outro problema é a estipulação de que as passivas analíticas são sempre especificadas, o que não se confirma fora do inglês: no alemão, por exemplo, elas podem ser usadas como impessoais, e no latim se sincretizam com vários domínios. Por fim, a proposta não lida com o fato de que em algumas línguas a passiva sintética não é marcada por um afixo, mas sim por um clítico (como no português).

Parte disso é remediado em Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015), com os autores definindo que o marcador é o expoente de *Voice* quando é um afixo; quando é um clítico, é a realização de um elemento localizado na posição de especificador de *Voice*. Esse trabalho apresenta uma tipologia mais refinada de *Voice*, a qual inclui a possibilidade de um *Voice* expletivo, responsável pela introdução do clítico. Como o *Voice* é expletivo,

não atribui papel temático e, por isso, o clítico não é interpretado semanticamente. Mas esse desenvolvimento torna a estrutura peculiar, pois ela possui um núcleo, *Voice*, que não possui função alguma a não ser introduzir um argumento, o clítico, que também não contribui com nada em última análise.

Lazzarini-Cyrino (2015), por sua vez, se dedica apenas à passiva sintética, numa abordagem translinguística. Seu trabalho é na verdade voltado ao que o autor chamou de SPR, ou *sincretismo passivo-reflexivo*, fenômeno que ocorre quando o mesmo marcador morfológico identifica não apenas passivas, mas também outros domínios, dentre os quais estão os verbos reflexivos, os anticausativos, as construções impessoais e a voz média. Tal compartilhamento morfológico é comum translinguisticamente, e sua motivação, para o autor, é conceitual: todos esses domínios possuem em comum o fato de que o sujeito (sintático) sofre a ação. Isso permitiria que ocorresse uma perda de oposição entre os contextos, levando um mesmo IV – que se realizará como o marcador morfológico sincrético – a ser associado a mais de um.

Embora os domínios exatos que o SPR atinge variem de língua para língua, uma característica definidora, segundo Lazzarini-Cyrino (2015), é que ele sempre é marcado por um item morfológicamente dependente: um afixo ou um clítico. Partindo desse ponto, o autor descarta a hipótese de que esse marcador seria ora o expoente de um núcleo, ora seu especificador – contrariamente a Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015). Para ele, sua natureza subjacente deve ser sempre a mesma, para preservar sua identidade. Sua conclusão é a de que é um argumento, quase sempre o externo⁹. Há uma variedade de motivos para isso. Por exemplo, esse marcador existe em distribuição complementar com algum dos argumentos do verbo; e, se ele fosse o expoente de *Voice*, não seria esperado o comportamento de um clítico, com liberdade de locomoção.

Sua hipótese, então, é a de que o marcador do SPR é um argumento *default*, introduzido apenas para satisfazer as necessidades sintáticas de *Voice* quando não haveria um elemento disponível para fazê-lo. É o que ocorre na passiva, em que não se deseja expressar o desencadeador da ação. Todavia, como a construção ainda é entendida como agentiva (evidenciado pela implicatura de agente), ela contém *Voice*, cuja função, nessa visão, é a de introduzir o argumento externo. O argumento *default* vem para que essa exigência sintática de *Voice* não seja desrespeitada.

Para que a presença desse argumento não altere o sentido da estrutura construída até ali, ele precisa ser o menos informativo possível. Por isso, Lazzarini-Cyrino (2015) define que ele é uma anáfora nos moldes de Heintz (2005), ou seja, um DP que não possui traços-

9 Apenas nos reflexivos trata-se do argumento interno; ver adiante.

ϕ ¹⁰ previamente valorados, devendo obter valor para eles na sintaxe, ao se ligar a outro DP. Na posição de argumento externo, que é muito alta, não há antecedente possível para a anáfora e, por isso, ela fica sem referência e não aponta para nenhuma entidade específica¹¹.

Desse modo, o marcador do SPR, que também se encontra nas passivas sintéticas, não carrega nenhum sentido específico; é apenas um argumento sintático – algo também defendido em Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015), porém de maneira menos motivada. Lazzarini-Cyrino (2015) dá conta dos diferentes domínios do SPR via feixes de traços na anáfora. A anáfora contida nas passivas, especificamente, carrega o traço [+HUMANO]¹². Observe-se que nessa proposta também não existe um núcleo apenas para as passivas: elas são idênticas a uma voz ativa, mas com um argumento externo genérico. A conversão desse argumento em forma presa se dá apenas em PF, para solucionar um problema de caso. Segundo Lazzarini-Cyrino (2015), uma anáfora não ligada não pode receber caso, o que, por sua vez, constituiria uma violação do filtro do caso (Levin, 2015). A solução é incorporar a anáfora ao verbo. Isso interrompe sua projeção estendida nominal (Grimshaw, 1990), e ela passa a fazer parte de outra projeção, verbal, na qual não há marcação de caso. Isso efetivamente “burla” o filtro de caso.

Para os fins deste trabalho, não se faz necessário entrar em detalhes com relação aos dispositivos por meio dos quais essa incorporação se dá, pois nosso foco é outro tipo de estrutura. O que é efetivamente importante aqui é que a implementação de traços na anáfora para produzir os diferentes contextos é problemática, pois compromete a ideia de que ela deveria ser minimamente informativa: se é possível formar uma anáfora sem o traço [+HUMANO], por exemplo, isso sempre deveria ser preferido, pois essa já é uma informação adicional. Todavia, se comparada às propostas anteriores, a de Lazzarini-Cyrino (2015) é a que se mostra mais robusta nas motivações por trás dos mecanismos empregados.

Partindo dessa mesma percepção, Gonçalves e Armelin (2021a, 2021b) tentam solucionar as lacunas que encontram na proposta de Lazzarini-Cyrino (2015) ao aplicá-la a uma análise das estruturas sintéticas do latim. Há questões quanto à implementação do mecanismo de incorporação que não são relevantes aqui, mas, quanto à composição da anáfora, na visão desses autores, ela sempre é totalmente esvaziada, e os contextos

10 Traços que identificam a referência do DP, como os de número e pessoa.

11 Na posição de argumento interno, a anáfora pode encontrar um antecedente: o argumento externo. Nesse caso, ela recebe os mesmos valores para os seus traços- ϕ , e o resultado é um reflexivo.

12 Que, na verdade, expressa um sentido mais próximo de “agente”. Lazzarini-Cyrino (2015) opta pela nomenclatura “humano” por considerar que o agente implicado nas passivas é prototipicamente humano.

(passiva, média, anticausativa *etc.*) são decorrentes da estrutura sintática na qual se insere. Trabalhando com sabores de *Voice*, eles propõem, para as passivas, que a anáfora se encontra no especificador de um *Voice*_{DO'} agentivo.

Não é necessário explorar todos os contextos aqui, visto que nosso interesse no momento são as passivas propriamente ditas, mas a alteração que os autores promovem é importante também por outro motivo: o latim contradiz a máxima de Lazzarini-Cyrino (2015) de que o SPR só ocorre com marcas morfológicamente dependentes, isto é, em estruturas análogas às passivas sintéticas. Todos os contextos sincréticos dessa língua o são tanto na forma sintética quanto na analítica. Logo, o que determina o SPR não pode ser a marca sincrética das estruturas sintéticas em si; elas são apenas um possível reflexo dele. Assim, um sistema que dilua o peso da anáfora sobre o fenômeno e o jogue para a estrutura é bem-vindo.

Todavia, a proposta de Gonçalves e Armelin (2021a, 2021b) não chega a avançar para o domínio das passivas analíticas. Este trabalho partirá do ponto em que o dos autores parou, estabelecendo uma derivação para ela que mantém os pressupostos já definidos anteriormente, garantindo a identidade entre as duas.

Análise

Vamos retomar rapidamente o que definimos até agora antes de prosseguir. As passivas sintéticas se constituem do seguinte modo: a estrutura é basicamente transitiva, mas não há um item disponível para ocupar a posição de argumento externo; com isso, um argumento *default* é introduzido. Depois esse elemento se incorpora ao verbo. As passivas analíticas não possuem tal marcador afixal ou clítico, mas se definem pela combinação de verbo auxiliar e participio. O latim e o alemão mostram que elas também podem ser sincréticas e, por isso, não é possível dizer que o marcador em si representa o SPR. Felizmente, a estrutura de Gonçalves e Armelin (2021a, 2021b) já prevê isso: quem define o contexto é a estrutura sintática, e a anáfora não adiciona sentido algum, apenas ocupando uma posição que não poderia ficar vazia.

A solução que propomos para que as passivas analíticas façam um paralelo com as sintéticas é a de que as línguas podem possuir mais de uma maneira para resolver o problema do especificador vazio de *Voice*. Relembremos que a anáfora não ligada gera um problema em PF, o que é resolvido tornando-a parte de outro tipo de projeção, a verbal. Ou seja, a solução se baseia na conversão de uma projeção de uma natureza em outra. Algo assim na sintaxe poderia solucionar o problema de *Voice* ali mesmo, sem a necessidade de inclusão de um argumento *default*.

Tenhamos em mente que *Voice* faz parte da projeção estendida dos verbos. O conceito de projeção estendida remonta a Grimshaw (1990) e se baseia na ideia de que toda classe de palavra precisa de contribuições funcionais para se realizar plenamente. No caso dos verbos, elas incluem, além da camada verbal em si (*v*), ao menos *T*, que carrega as informações de tempo; *Asp*, com as informações de aspecto; e *C*, que define o estatuto da proposição clausal. Outra camada que pode fazer parte da projeção estendida do verbo é *Voice*, quando o verbo é transitivo – que é o caso nas passivas, que só podem ser construídas a partir de bases transitivas. Mas nomes não possuem argumento externo (ou, ao menos, não de forma obrigatória, como veremos adiante). Com isso, se a estrutura verbal fosse convertida em nominal, a necessidade do argumento externo desapareceria.

Todavia, uma incorporação nos moldes da que a anáfora sofre não pode ser feita na sintaxe, pois o filtro do caso só é checado em PF (Levin, 2015). A única maneira de interromper a projeção estendida do verbo seria, então, via um processo de conversão sintática de categoria, como as nominalizações. Existem sufixos, como *-ção* ou *-mento*, que podem ser vistos como expoentes de categorizadores nominais que foram aplicados sobre uma base verbal, mudando sua categoria (como *destruir* → *destruição*); e esse fenômeno carrega certas características em comum com a passiva, como uma espécie de remapeamento na maneira como os seus argumentos se realizam. Nomes derivados de verbos podem trazer, por exemplo, uma informação análoga ao argumento externo da base verbal que os originou (*Os invasores destruíram a cidade* x *A destruição da cidade pelos invasores*), mas ela é opcional e introduzida por preposição – como o agente da passiva. Há, então, razões para se pensar que há algo semelhante nos dois casos.

Naturalmente, porém, não pode ser o caso de que a passiva analítica seja apenas uma nominalização, com um núcleo *n* concatenado acima de *Voice*, pois isso geraria um substantivo, não uma estrutura de verbo auxiliar + participípio. Além disso, não está claro se categorizadores podem ser concatenados a projeções totalmente funcionais como *Voice* (cf. Panagiotidis, 2015). Isso sugere algum outro tipo de processo. Nesse sentido, a chave podem ser os próprios participípios. Eles são uma categoria complexa, que parece carregar propriedades tanto nominais – mais especificamente, adjetivais – e verbais. Por exemplo, como visto anteriormente, eles concordam com um nome em gênero e número, um padrão esperado de adjetivos, não verbos; mas possuem uma base verbal e podem ter argumentos. Nesse sentido, pode-se conjecturar que os participípios, devido ao seu estatuto misto, podem atuar como a barreira que quebra a projeção estendida do verbo, liberando-o da necessidade do argumento externo.

Embick (2000) já visualizava algo do tipo em sua proposta para as passivas do latim. Para ele, a interação entre voz passiva e aspecto perfeito impedia que os movimentos de núcleo que geram a forma sintética se concluíssem, e o resultado era uma divisão: a estrutura até *Asp* se realizava como o participípio, enquanto a estrutura acima se realizava como o auxiliar. Isso é semelhante à expoência proposta por Collins (2005), mas este

autor recorre a um núcleo Part, dissociando-o do aspecto. Essas duas visões são representativas de um grande debate da literatura, que é como caracterizar formalmente o participio. Além de Embick (2000), há outros autores que o associam à camada Asp, como Alexiadou e Anagnostopoulou (2008), com base na percepção de que ele carrega a ideia de uma ação “acabada”, isto é, perfeita – um tipo de aspecto, portanto. Mas Collins (2005) vai contra essa visão, argumentando que os participios são encontrados em estruturas claramente inacabadas, como *A casa está sendo construída*. Por isso, ele define a necessidade de um núcleo específico para o participio.

A comparação das passivas do latim e do português pode contribuir mais com essa discussão. Embick (2000) baseia sua proposta no fato de que, no latim, as passivas no perfeito são sempre analíticas, enquanto as no imperfeito são sempre sintéticas. Porém, na voz ativa, todas as construções são sintéticas, o que parece indicar que é apenas a variação de voz que causa essa mudança. Contudo, ainda que isso funcione para o latim, parece incompatível com o que se observa em muitas outras línguas, inclusive as românicas. No português e no italiano, por exemplo, há passivas sintéticas e analíticas em ambos os aspectos. Caso se queira defender que as passivas analíticas são o mesmo fenômeno em todas as línguas, é preciso rever a análise de Embick (2000) para o latim. E, em última análise, será mais econômico encontrar um mecanismo geral do que postular associações *ad-hoc*, específicas de cada língua.

Desse modo, assumiremos, como Collins (2005), que o participio presente nas passivas não é um expoente de Asp, mas sim de um núcleo próprio, o qual também chamaremos de Part (2005). Nossa proposta não deve ser confundida com a de Collins (2005), todavia. Esse autor posicionava seu Part entre *v* e *Voice*, e atribuía uma função única para *Voice* nas passivas, sem motivação clara. Em nosso caso, temos uma estrutura idêntica à transitiva, e Part se concatena a *Voice* como basicamente um mecanismo de reparo, corrigindo a estrutura que ficaria comprometida caso se mantivesse um verbo transitivo sem argumento externo. O que permite a Part fazer isso é a sua composição interna de traços, que é mista. Trata-se, assim, de um núcleo nos moldes do SWITCH (Panagiotidis, 2015), que contém traços de duas categorias diferentes – aqui, verbo e adjetivo – simultaneamente.

Também assumindo que as categorias gramaticais se estruturam em torno de projeções estendidas, Panagiotidis (2015) estabelece que isso é codificado na sintaxe via um princípio de uniformidade categorial: a partir do momento em que se projeta um categorizador de determinado tipo – por exemplo, verbal –, todas as projeções acima dele devem também conter um traço verbal, até o fim da derivação. Mais especificamente, o categorizador teria um traço interpretável, [V], que o identifica como verbo. As suas projeções estendidas precisam, então, incluir um traço não interpretável,

[uV], que é checado contra ele via *Agree*, num processo de sonda e alvo. Essa checagem também é o que faz que a projeção que contém o traço não interpretável projete¹³.

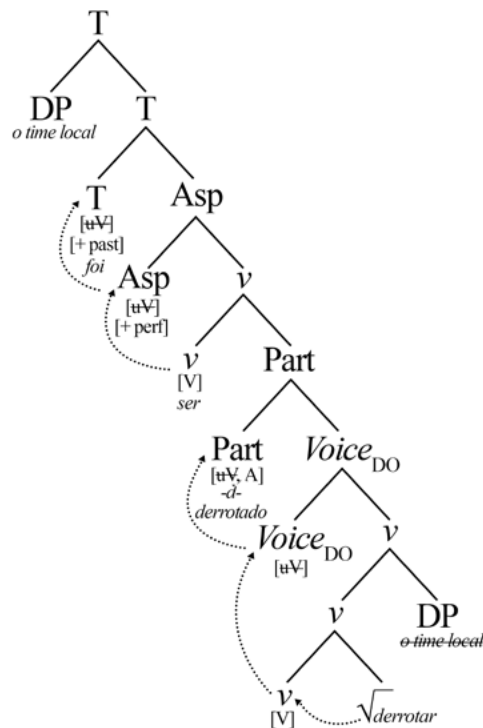
Isso garante a relação de dependência entre, por exemplo, T e um verbo e, ao mesmo tempo, exclui a possibilidade de que T seja projetado numa estrutura nominal. O SWITCH é o único elemento que pode quebrar uma sequência como essa. Definido como um categorizador funcional por Panagiotidis (2015), ele possui um traço não interpretável de uma categoria, mas também um traço interpretável de outra. No caso dos participios, uma categoria mista entre verbo e adjetivo, haveria um traço [uV], que permite que se concatene à projeção estendida de um verbo. Esse traço será checado contra o [V] de *v*, fazendo com que o SWITCH (Part) projete. Mas ele também contém um traço [A], que será carregado com ele nessa projeção. O resultado é que, a partir daí, os próximos núcleos funcionais deverão conter [uA], ou seja, farão parte da projeção funcional do adjetivo (esses núcleos incluiriam, por exemplo, os de gênero e número), basicamente alterando a categoria da construção.

A razão pela qual uma projeção como essa pode solucionar o problema da ausência de argumento externo em *Voice* é que, como já discutido, categorias nominais não necessitam desse argumento – ou, ao menos, não obrigatoriamente. Embora não aplique o SWITCH para corrigir alguma inconsistência no sistema, Panagiotidis (2015) demonstra que essa demissão do argumento é possível ao analisar as nominalizações infinitivas do espanhol. Uma frase como *Maria toca la guitarra* (“Maria toca violão”), que exige um argumento externo, pode ser nominalizada como *El tocar de la guitarra* (“O tocar a guitarra”), sem que ele seja expresso (embora seja compatível, via introdução da preposição *de*: *El tocar de la guitarra de Maria*). Nesse caso, haveria também um SWITCH concatenado à projeção *Voice*. Panagiotidis (2015) defende que isso acontece porque a estrutura argumental dos verbos é explícita, enquanto a dos nomes é implícita. A conversão não remove exatamente a capacidade de subcategorização (c-seleção) do elemento, mas altera sua natureza, de obrigatória a possível.

Com tudo isso discutido, parece-nos que o núcleo Part, enquanto um SWITCH, não apenas resolveria o problema da projeção *Voice*, como ainda manteria os paralelos discutidos anteriormente que as passivas possuem para com as nominalizações. Seguiremos essa ideia, portanto. A seguir, trazemos uma derivação de uma das sentenças passivas que vimos em (2), *O time local foi derrotado*. Nessa representação arbórea, os núcleos acima do SWITCH também são representados, e os exploraremos a seguir. Por simplificação, reduzimos as informações menos centrais para a proposta, como a constituição interna dos argumentos.

13 Os traços [V] e [uV] apresentados aqui não devem ser igualados aos traços de subcategorização de modelos como o de Adger (2003), nos quais são necessários para a c-seleção. Panagiotidis (2015) trata a c-seleção de outra maneira, considerando os feixes de traços contidos nas categorias. Para os fins deste trabalho, não é necessário nos aprofundarmos nesses mecanismos; apenas é importante ter em mente que os traços categoriais utilizados na descrição não se referem a isso.

Figura 1. Derivação de uma passiva analítica



Fonte: Elaboração própria

Nessa derivação, após o *merge* da raiz com o categorizador *v* e a introdução do argumento *o time local*, projeta-se *Voice* (do tipo DO, já que esse verbo é transitivo, como todos os verbos de passivas). *Voice* precisa de um argumento, mas não há um disponível. Seria possível adicionar o *default*, e o resultado seria a passiva sintética com *se*. Mas aqui foi empregada a solução alternativa, converter a estrutura em nominal. O SWITCH Part é compatível com *Voice*, porque carrega [+uV], mas também possui um [A]. O resultado é a projeção de um adjetivo de base verbal, um particípio (cujo expoente é *-d-*).

Muito provavelmente, o Part terá de ser seguido por uma série de outras projeções que fazem parte da projeção estendida dos adjetivos. Mas aqui não é necessário explorá-las. O que é relevante é que, como agora este é um adjetivo, mas o objetivo era construir uma estrutura verbal, a única maneira de fazê-lo é inserindo a estrutura nucleada por Part dentro de outra formação verbal, iniciada do zero, com outro *v*. Esse *v* é o que se realiza como o auxiliar *ser*. Observe-se que aqui não se trata de outra recategorização: o Part entra como argumento desse novo verbo auxiliar. Também não há *Voice*, já que o auxiliar

não é um verbo lexical – ou seja, não carrega informação temática –, então não há um agente/causa¹⁴.

Os toques finais da derivação começam com os movimentos de núcleo de raiz $v \rightarrow$ *Voice* \rightarrow Part, que geram a forma *derrot[a]d*¹⁵. Como o Part se projeta como adjetivo, o movimento de núcleo não pode ir além dele, separando-o da próxima parte da árvore. Como todo adjetivo, ele possui traços- ϕ não valorados, que serão dados posteriormente pelo argumento interno¹⁶. Aqui, ele é masculino e singular, o que resultará na forma final *derrotado*. Já a segunda camada verbal também sofre movimento de núcleo de $v \rightarrow$ Asp \rightarrow T, adquirindo a forma supletiva *foi*. Para satisfazer o EPP de T, isto é, a necessidade da presença de um sujeito sintático, o único DP disponível é o argumento interno, que então sobe para essa posição¹⁷.

Depois de todo esse processo, temos uma passiva analítica, com todas as suas características respeitadas. A estrutura acima também deixa clara a relação entre ela e a sintética: as duas se originam da mesma base, com as mesmas relações argumentais, mas, num ponto específico – *Voice* – ocorre uma mudança. Outra vantagem da proposta é que essa identidade preservada entre os dois tipos de passiva permite que a analítica também seja sincrética com outros domínios. Como não é o marcador morfológico da passiva sintética que carrega a informação sobre o contexto, mas sim a estrutura sintática como um todo, não há nada que impeça isso. De fato, uma estrutura idêntica à da figura 1, mas que contivesse um *Voice*_{CAUSE'} ao invés de um *Voice*_{DO'}, produziria não uma passiva, mas um anticausativo analítico – algo possível em latim, por exemplo.

Restam, então, duas questões. A primeira envolve saber o que determina a escolha de uma ou outra estratégia para o reparo do problema de *Voice*. A segunda diz respeito ao fato de que, embora possam, nem sempre as passivas analíticas são sincréticas. Nossas respostas para essas questões não podem ser ainda conclusivas, no sentido de que não oferecem uma solução fechada para todas as línguas. Ao que parece, porém, os diferentes padrões de comportamento das passivas decorrem da interação com uma variedade de fatores, específicos de cada língua.

14 Para uma caracterização detalhada dos verbos auxiliares, incluindo seu estatuto enquanto projeções funcionais e seus mecanismos de seleção de argumentos, cf. Lunguinho (2011).

15 Mantemos a vogal temática *a* entre colchetes porque em verdade ela deverá ser inserida pós-sintaticamente, como morfema ornamental (cf. Gonçalves; Armelin, 2021b).

16 Seguindo a proposta de Gonçalves e Armelin (2021), o argumento interno a essa altura já estará indisponível para *Agree* na sintaxe; desse modo, essa concordância é feita pós-sintaticamente, via um procedimento de cópia de traços (cf. também Lazzarini-Cyrino, 2015). Esse é um efeito positivo, pois também é assim que argumento *default* das passivas sintéticas exprime concordância.

17 Não representamos o agente da passiva por simplificação, mas a situação seria idêntica à da nominalização dos infinitivos do espanhol vista em Panagiotidis (2015): eles seriam projetados como um PP adjunto ao SWITCH.

Analisando os casos do português e do latim, podemos ver um pouco disso. Começando pela primeira questão, a escolha final deveria, idealmente, se pautar por princípios de economia, mas não está claro qual das duas soluções (a inserção do *default* ou o SWITCH) seria a mais econômica, e nem se isso se manteria estável de língua para língua. Ambas as soluções acarretam uma série de efeitos, que envolvem projeções ou operações adicionais. Não é fácil calcular qual seria a mais “pesada”, e é muito plausível que sejam suficientemente próximas em termos de custos para que coexistam – que é o que acontece na maioria das línguas. Nesse sentido, questões pequenas, como o fato de que no latim os participios precisam concordar, além de gênero e número, também em caso, podem ser decisivas. Isso pode ter pesado ligeiramente contra o uso de Part, tornando essa solução menos prolífica nessa língua do que no português.

Com relação à sincretização, pode-se atribuir ao menos parte da razão pela qual as analíticas não se sincretizam no português ao fato de que as passivas sintéticas já o fazem. Assim, seria pouco econômico a língua manter dois sistemas distintos (e custosos) para expressar um grupo de contextos. Porém, devido a alguma necessidade específica, por exemplo, pragmática ou discursiva, a voz passiva se tornou relevante ou marcada o suficiente para preservar as duas possibilidades. Já no latim, a partir do momento que o paradigma se dividiu em dois e houve a necessidade de expressar todos os contextos em ambos, os dois tipos de passiva precisaram ser capazes de se sincretizar.

Isso conclui nossa discussão sobre passivas analíticas. Encerraremos o trabalho a seguir com algumas considerações finais.

Considerações finais

Neste trabalho, empreendemos uma investigação às passivas analíticas, buscando uma caracterização que as mantivesse paralelas às passivas sintéticas. Esse objetivo foi alcançado via expansão da proposta de Gonçalves e Armelin (2021), que trata as passivas sintéticas como o reflexo de uma estrutura sintática específica. O marcador da passiva sintética, nessa proposta, é um argumento *default* introduzido para ocupar a posição de especificador de *Voice*, que não pode ficar vazia. Aplicando o mesmo raciocínio às passivas analíticas, propusemos que o participio, por ser uma categoria verbal e nominal, pode quebrar a necessidade de projeção do argumento externo de *Voice*, pois elementos nominais não possuem a necessidade de argumento externo.

A derivação foi capaz de produzir os resultados esperados, e ainda contribuiu por fazer, além de um paralelo entre passivas sintéticas e analíticas, também um com as nominalizações, com as quais compartilham algumas características. Ainda é preciso derivar detalhadamente os contextos e investigar mais línguas, mas consideramos que a estrutura delineada oferece um ponto de partida robusto, que poderá ser revisitado em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- ADGER, D. *Core syntax: A minimalist approach*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- ALEXIADOU, A. Where is non-active morphology? *Proceedings of the 20th Conference on Head-driven phrase structure grammar*, p. 244-262, 2013.
- ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E. Structuring Participles. *Proceedings of the 26th West Coast Conference on Formal Linguistics*, p. 33-34, 2008.
- ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E.; SCHÄFER, F. *External arguments in transitivity alternations: A layering approach*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- CHOMSKY, N. A minimalist program for linguistic theory. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (ed.). *The view from Building 20: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1993. p. 1-52.
- COLLINS, C. A smuggling approach to the passive in English. *Syntax*, v. 8, n. 2, p. 81-120, 2005.
- EMBICK, D. Features, syntax, and categories in the Latin Perfect. *Linguistic Inquiry*, v. 31, n. 2, 185-230, 2000.
- GONÇALVES, L.; ARMELIN, P. R. G. O sincretismo do morfema -r em latim: ausência de Caso e incorporação pós-sintática. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 63, n. 1, 2021a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8661612>. Acesso em: 6 jan. 2023.
- GONÇALVES, L.; ARMELIN, P. R. G. Derivando o sufixo -r latino e seus alomorfes: uma descrição baseada na Morfologia Distribuída. *Revista Letras*, v. 101, n. 1, 2021b. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/80337>. Acesso em: 6 jan. 2023.
- GRIMSHAW, J. *Argument structure*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1990.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (ed.). *The view from Building 20: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1993. p. 111-176.
- HEINAT, F. Why phrases probe. *The Department of English in Lund: Working Papers in Linguistics*, v. 5, p. 33-63, 2005.

KEMMER, S. *The middle voice*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1993.

KRATZER, A. Severing the external argument from its verb. In: ROORYCK, J.; ZARING, L. (ed.). *Phrase structure and the lexicon*. Berlin: Springer Science & Business Media, 1996. p. 109-137.

KULIKOV, L. Voice typology. In: SONG, J. J. (ed.). *The Oxford Handbook of Linguistic Typology*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 368-398.

LAZZARINI-CYRINO, J. P. *O sincretismo passivo-reflexivo: um estudo translinguístico*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-03122015-154055/pt-br.php>. Acesso em: 6 jan. 2023.

LEVIN, T. F. *Licensing without case*. 2015. PhD Dissertation (Linguistics) – Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 2015. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/101451>. Acesso em: 6 jan. 2023.

LUNGUINHO, M. V. S. *Verbos auxiliares e a sintaxe dos domínios não-finitos*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-19062012-134154/pt-br.php>. Acesso em: 6 jan. 2023.

MARANTZ, A. No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, v. 4, n. 2, p. 14, 1997.

PANAGIOTIDIS, P. *Categorial Features: A Generative Theory of Word Class Categories*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.